

Desenvolvimento rural no Brasil e desigualdades raciais: um diálogo

Vilênia V. P. Aguiar

Joana Passos

Nesse texto procuramos trazer alguns elementos que nos auxiliem na reflexão, na análise e na compreensão da conjuntura na qual se insere o debate e o embate sobre projetos de desenvolvimento e projeto de nação, considerando a exclusão racial como uma de suas principais marcas; e a construção de cenários na perspectiva de um Desenvolvimento Rural Sustentável capaz de contribuir para a redução das desigualdades.

Começamos então pelas perguntas: O que é desenvolvimento? Por que ele é em geral confundido com o crescimento econômico? Por que o desenvolvimento ocorre de forma descontínua e diferenciada entre as regiões e em certos territórios? Por que o debate sobre o desenvolvimento rural ganha espaço, principalmente, nos anos 90? Em que medida os projetos implementados consideraram as populações negras e indígenas?

A etimologia da palavra “desenvolver” (des + envolver) tem o significado de “tirar o que envolve”. O prefixo “des” denota negação e assim atribui à palavra um forte significado de ruptura. Em outras palavras poderíamos até mesmo afirmar que não existe desenvolvimento sem rupturas. Essas, por sua vez, são determinadas pelo entendimento do que seja desenvolvimento e de como alcançá-lo. Lembrando que as rupturas nem sempre são decorrentes de processos “saudáveis” ou mesmo “sustentáveis” como veremos mais adiante.

Na linguagem coloquial, “DESENVOLVIMENTO” nos remete a um processo através do qual as potencialidades de um objeto ou de um organismo são liberadas, fazendo com que esse atinja sua forma completa e amadurecida.

Segundo Esteve (2000)¹, o verbete foi primeiro utilizado pela Biologia para se referir ao processo pelo qual os organismos atingiam seu potencial genético. Quando esse processo não atingia o crescimento, era considerado como não desenvolvimento e sim uma anomalia. Também foi utilizado na história social para se referir a um processo gradual de mudança social. Mas é somente no século XX, com o advento do liberalismo, que a palavra se generaliza e a idéia de DESENVOLVIMENTO vai ganhar força, substituindo o termo PROGRESSO, termo bastante utilizado no século XIX para se referir a possibilidade de expansão e crescimento dos países europeus e norte-americanos. Assim, desde sua origem o termo vem inserido num campo semântico que o associa à “evolução”, “maturação”, “progresso”, “crescimento.”

Na perspectiva da análise da sociedade, é possível afirmar que

O tema do desenvolvimento viveu seu auge e sua crise num período relativamente curto de tempo, mais precisamente entre as décadas de 1950 e

¹ ESTEVE, Gustavo. Desenvolvimento. In: Dicionário do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 2000.

1980. Em três ou quatro décadas, o arcabouço teórico sobre o desenvolvimento avançou rapidamente no campo da Economia, numa associação muito estreita entre a idéia de crescimento econômico e o desenvolvimento. As duas noções eram vistas praticamente como sinônimos. (AGUIAR;SOUZA, 2009, p.85)²

Mais que isso, aceitou-se por muito tempo que o crescimento econômico trazia com ele, de forma quase simultânea, o desenvolvimento social e humano e a melhoria do padrão de vida das pessoas. Tal entendimento orientou a condução da política internacional dos países que, no pós-guerra compunham, o bloco dos países capitalistas. “O desenvolvimento era então identificado com o crescimento econômico, tecnológico e urbano”. Era preciso internalizar “a lógica da acumulação e da produção capitalista em todas as esferas da vida social” (...). E assim, o desenvolvimento tornou-se um objeto maior de política pública de governos e organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial (SCOTTO; CARVALHO, GUIMARÃES, 2007, p.16)³.

Portanto, é possível afirmar que *desenvolvimento* expressa uma ação, de modo que, em última instância, são as concepções que se tem acerca do desenvolvimento de um país que irão orientar as ações e as políticas de desenvolvimento em uma ou outra direção, bem como as rupturas necessárias para alcançá-lo. Vejamos o caso do Brasil.

Antes se torna necessário ressaltar que para compreender as matrizes estruturantes do desenvolvimento no Brasil é preciso considerar o processo histórico no qual as idéias e concepções acerca de tal desenvolvimento foram geradas e passaram a orientar práticas sociais e políticas, de modo que a se impor em determinados contextos. Nesse sentido, é importante não esquecer que elas trazem as marcas da formação sociocultural da sociedade brasileira, e que contou com uma importante e fundamental presença do Estado. Feitas essas considerações, vejamos como o discurso acerca do desenvolvimento se impôs em certos contextos históricos excluindo as populações negras e indígenas, essas últimas *já condenadas pelo processo de extermínio, violência e dominação vividos nos séculos passados*.

Alguns estudiosos atestam que há pelo menos dois momentos em que a palavra *desenvolvimento* esteve presente nos discursos de políticos, intelectuais e movimentos. Na década de 50/60, e nos anos 90 com a crise do modelo urbano industrial que se aguçou nos anos 80. Entretanto, a preocupação com o desenvolvimento como progresso da nação é pauta presente do debate entre intelectuais já no início do século, na virada da república velha, anos 20, anos que antecederam a revolução de 30. Vejam que são três momentos caracterizados por crises e marcados pela construção/ruptura do Estado desenvolvimentista⁴.

² AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de; SOUZA, Osmar T.; FILIPPI, E. E.; BEROLDT, L. Do desenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável: os rumos da região do Vale do Taquari no início do século XXI. In: Análise, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 84-102, jan./jun. 2009 (www.revistaseletronicas.pucrs.br)

³ SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro. Desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 2007.

⁴ O Estado desenvolvimentista ou modelo nacional-desenvolvimentista é um modelo construído a partir de uma forte intervenção estatal para estimular a industrialização nos países que tardiamente iniciaram o desenvolvimento. A sua construção, no Brasil, teve início com o governo de Getúlio Vargas, em 1930 e se estendeu até os anos 80, quando entrou em crise. Nesse modelo, o Estado assume as rédeas do desenvolvimento, exercendo forte intervenção na economia, que tem como base o crescimento da produção industrial e da infra-estrutura, através de um planejamento

O início do século XX se caracterizou por um período em que houve a crise do pacto oligárquico, a crise da política dos governadores, uma crise política já manifesta nos dois maiores conflitos no campo (Canudos – 1896-1897 e Contestado -1912/1916). Vamos ter, ainda, a grande crise econômica, a grande crise internacional, a crise do café, e, em 30, teremos a centralização do governo, onde o Estado ganha um forte poder pra controlar as políticas regionais. É o início do *Estado desenvolvimentista*, que vai de Vargas aos governos militares.

O debate que antecedeu os anos 30 girou em torno da constituição do povo brasileiro. Indagava-se sobre as conseqüências que o amálgama racial que se operava no Brasil teria sobre o caráter nacional. A questão era: com uma população onde predominam negros, mestiços e índios sobre uma população branca poderíamos afirmar a nossa existência como povo? Teríamos viabilidade como nação? A questão racial torna-se assim componente fundamental da questão nacional.

Para situar a relação entre desigualdades raciais e projetos de desenvolvimento faz-se necessário tomar como ponto de partida, mesmo que de maneira breve, o processo de transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre. Antes, porém, é preciso afirmar que descartamos a concepção biologicista de “raça”, porque a consideramos como uma realidade social e política culturalmente construída; uma categoria social de dominação e de exclusão presente na sociedade brasileira capaz de manter e de reproduzir diferenças e privilégios. No entendimento de Munanga, com o qual concordamos, o racismo é

A crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas (Munanga, 2003, p. 8).

É a partir desta concepção de racismo que lançaremos algumas reflexões sobre o processo de desenvolvimento no Brasil.

A história do trabalhador negro começou muito antes da abolição, onde as relações de trabalho – trabalho escravo e trabalho livre, vão coexistir ao longo da escravatura e, sobretudo no século XIX. No momento em que a abolição ocorreu formalmente já existia um contingente de libertos exercendo as mais diferentes atividades produtivas em todo o país. Nas décadas posteriores à abolição, os trabalhadores negros se viram jogados à própria sorte, uma vez que, foram preteridos e substituídos por imigrantes europeus nas fazendas de café e nos centros urbanos, onde, acelerava-se o processo de industrialização que define em grande medida o projeto de desenvolvimento econômico e industrial brasileiro (Lima, 2001).

A exclusão dos negros nessa etapa de industrialização foi resultado da política estatal de imigração, do pretense branqueamento da sociedade brasileira justificada pelo discurso do despreparo, da incapacidade, da desorganização social, enfim, da tese da inferioridade racial dos negros, que os definia como incapazes de estabelecer outros tipos de relações de trabalho. A industrialização colocou os ex-escravos à margem do processo econômico. O racismo criou a falsa crença de que os negros eram incapazes, inábeis, indolentes, preguiçosos, indisciplinados, irresponsáveis, não podendo ser absorvidos pelo mercado formal de trabalho. Afinal, o progresso do Brasil “dependia não apenas do seu desenvolvimento econômico ou da implantação de instituições modernas, mas também do aprimoramento racial de seu povo” (...), o que significa que “o projeto de um país moderno era, então, diretamente associado ao projeto de uma nação progressivamente mais branca” (JACCOUD, 2008, p. 53).

A “ideologia do branqueamento” propagada pelas elites considerava os imigrantes europeus os mais adequados para fazer um novo Brasil, com uma nova cara, pois eram apontados como trabalhadores por excelência: disciplinados, responsáveis, enérgicos, inteligentes, racionais (Theodoro, 2008). Como afirma Lima (2001, p. 54),

a idéia de progresso, orientada pelas políticas de colonização, criou uma hierarquização racial, destituindo o negro do papel de colaborador para a formação da nação. Todos os atributos negativos do sistema de trabalho, desenvolvido como a monocultura, foram relacionados aos ex-escravos que passaram a representar o atraso. O imigrante surgiu como o elemento de salvação nacional. Seu papel seria justamente o de concorrer para a formação de um tipo brasileiro.

Com a intensificação da imigração, os ex-escravos juntam-se aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que somente encontrarão oportunidades de trabalho nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias em núcleos urbanos.

Hasenbalg (1979), em estudo que se tornou clássico na literatura sociológica, questiona o legado do escravismo como determinante para as relações raciais existentes na sociedade brasileira e apresenta a tese de que o racismo e a discriminação pós-abolição são as principais causas da subordinação social dos negros. Ele não nega a existência do legado escravista como, por exemplo, a concentração demográfica de ex-escravos em áreas à margem do desenvolvimento urbano-industrial e o analfabetismo maciço do grupo negro, porém, na sua visão, a discriminação e o preconceito adquirem novos significados e funções dentro das estruturas pós-escravistas e não são meros arcaísmos do passado. Eles têm uma relação funcional com a preservação dos privilégios, ganhos materiais e simbólicos que os brancos obtêm na desqualificação competitiva dos não-brancos.

Bertúlio (2001; 2002), toma os dispositivos legais do período em tela para destacar a vinculação entre as teorias racistas e o ordenamento da “nova sociedade” que se tentava implantar em fins do século XIX, sobretudo por meio da legislação vigente à época.

O Estado brasileiro se preparava, então, para atender as transformações que a consolidação do capitalismo internacional exigia dos Estados de economia dependente. A organização socioeconômica relativamente à realidade da existência de uma população negra que fatalmente iria se misturar nos espaços e no direito da sociedade branca – elite ou não – impõe aos poderes do Estado estabelecer, no seu braço regulador e ordenador social, qual seja, do direito, as diretrizes para a manutenção e desenvolvimento da nova nação que surgia a fim de adequá-la aos parâmetros já definidos racialmente, qual seja uma nação branca (BERTÚLIO, 2002, p. 284).

Para a autora, o processo de ordenamento jurídico dos espaços a serem permitidos aos negros na sociedade brasileira se inicia com a chamada Lei de Terras (Lei nº 601, de 1850). A terra passava a ser um bem patrimonial, cuja aquisição se consolidava através de compra e venda, o que impossibilitava aos negros livres o acesso às mesmas, pelo simples motivo de que tinham passado anos formando pecúlio para comprar sua liberdade. Segundo, Theodoro (2008) a promulgação desse ato legislativo, ao definir a compra como única forma de aquisição de terra, impediu a emergência de um sistema econômico que absorvesse a mão-de-obra livre, pois, ao dificultar o acesso à terra, fez com que o trabalhador livre não tivesse outra alternativa senão permanecer nas fazendas, submetido à grande propriedade e afastado do processo de participação nos setores dinâmicos da economia.

Bertúlio (2001) irá mostrar os vários mecanismos legislativos em que o Estado brasileiro propiciou a apreensão do indivíduo negro na sociedade, a partir de sua inferioridade e desumanidade frente ao grupo branco. Entre eles estão: as Posturas Municipais, as regras de comportamento do município que organizavam as cidades, tratando sobre o trabalho e os espaços de locomoção e permanência permitidos aos negros.

É proibido ao negociante de molhados consentir em seus negócios pretos e cativos – sem que estejam comprando. O negociante sofrerá multa [...]. São proibidas as cantorias de pretos, se não pagarem aos chefes de tais divertimentos o imposto de \$10, se em tais reuniões consentir a política. Ninguém poderá conservar em sua casa, por mais de três dias, liberto algum sem que dê parte à polícia para obrigá-lo a tomar uma ocupação. (GEBARA, 1986, Apud BERTÚLIO, 2001, p. 14)

A pesquisadora procura evidenciar que as normas não estabeleciam distinção entre os livres e os escravos, uma vez que utilizavam termos como preto, liberto, cativo, escravo, alimentando a segregação sobre o indivíduo com base na raça e não na sua condição de escravo; e, ainda, retirando do imaginário social de negros e brancos a ideia jurídica de liberdade para os negros. Essas ideias e valores produzidos e reproduzidos na sociedade brasileira não concediam aos negros o enquadramento que lhe concedesse o direito à cidadania

Conforme Nogueira (2005) a Lei de Locação de Serviços foi mais um dispositivo jurídico que normatizou as desigualdades, pois proibia aos libertos acessarem o mercado de trabalho, produzindo efeitos sociais devastadores no início da República, combinado, posteriormente, com a nova estratégia das elites: por um lado, a ideologia do

branqueamento; por outro, a intensificação da imigração dos trabalhadores do continente europeu, como alternativa de mão-de-obra, em detrimento da força de trabalho nacional. Tais elementos indiciam como o Estado brasileiro desenvolveu ações fortemente discriminatórias do ponto de vista racial, impedindo o acesso da maioria da população negra aos bens, recursos e serviços produzidos por ela mesma.

Além do ordenamento jurídico de inserção dos negros na sociedade, há que se destacar a incorporação das múltiplas formas em que “raça” passa a moldar o espaço público e dá continuidade a diferentes formas de interdição para este segmento no início da República.

A discussão que aqui fazemos demonstra que as teorias racialistas influenciam o projeto de nação e conseqüentemente de desenvolvimento, trazendo conseqüências ainda nos dias atuais. Hasenbalg (1999, p. 31) ao analisar o impacto das desigualdades raciais afirma:

Um século depois do fim do sistema escravista o trabalho manual continua sendo o lugar destinado à maioria dos descendentes de africanos no Brasil. Contrariando o que levariam a pensar as teorias da modernização, a transição estrutural propiciada pelo rápido crescimento econômico das últimas décadas não parece ter encurtado significativamente a distância sócio-econômica entre os segmentos raciais da população.

Desse modo, podemos afirmar que o pertencimento racial⁵ tem importância significativa na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil. São essas intensas desigualdades (de renda, saúde, educação, moradia, etc.) associadas a mecanismos de discriminação racial que têm impedido as potencialidades e a mobilidade social da população negra brasileira⁶. Essa afirmação traduz o resultado de pesquisas⁷ realizadas principalmente a partir do final da década de 70 e também das históricas denúncias feitas pelo Movimento Social Negro, considerando os indicadores: saúde, habitação, trabalho infantil, educação, mercado de trabalho, sistema penal, distribuição de renda, etc. Essas pesquisas marcaram um novo momento na discussão sobre a questão racial no Brasil. A preocupação central era destruir mitos como o da democracia racial anunciado por Freyre na década de 30 e rever as teses que afirmavam a subordinação da questão racial ao problema de classe.

É neste contexto que as idéias racistas ganham uma nova tradução: a democracia racial. Desse modo, dois caminhos contraditórios são construídos: ao mesmo tempo em que se pretendia eliminar as culturas indígenas e negras, buscava-se anular qualquer manifestação de conflito. Assim, durante longo tempo, a despeito de toda a luta do movimento negro, a sociedade brasileira faz de conta que todos brancos e negros vivem integrados. O que fortalece a idéia de que é absolutamente “natural” que os negros ocupem os piores postos de trabalho, habitem locais sem infra-estrutura mínima, recebam menos educação, tenham uma expectativa de vida menor etc. Coube a Gilberto

⁵ A esse respeito ver Munanga (1999 e 2003)

⁶ Consideramos como “população negra” ou como “negros”, os indivíduos ou grupos de indivíduos que se auto-declararam oficialmente como pretos e pardos no Brasil.

⁷ Hasenbalg (1979, 1992, 1999), Munanga (2003), Henriques (2001), entre outros.

Freyre, em grande medida, organizar essa imagem dispersa e fragmentada do “povo” brasileiro, que para ganhar forma no sentido da teoria política, necessitou ser articulado com a construção de um projeto nacional excludente e sintonizado com a burguesia emergente do final da década de 30. E foi exatamente essa articulação o que lhe garantiu tornar-se o ideólogo da teoria da democracia racial (Nogueira, 2001).

E foi exatamente no pós-30 que o Estado Desenvolvimentista consolidou as principais infra-estruturas estratégicas nacionais e, com isso, assume o papel de principal artífice da construção da nação. Como vimos, era em torno dessa questão que se dava a discussão intelectual da virada do século. Parte da intelectualidade da época apontava a necessidade de termos um governo forte, elites bem formadas e um governo autoritário, para forjar a nossa existência como povo, ou seja, a nossa identidade. Só a título de exemplo, Gilberto Amado, deputado federal e escritor, em pronunciamento em sessão da Câmara de Deputados em 1916 afirma: “povo propriamente não temos, pois politicamente a população do Brasil não tem existência”. E assim defende a constituição de um governo forte e autoritário. Na verdade se questionava o Brasil enquanto sociedade política, a qual para se constituir enquanto tal necessitava de um poder capaz de coordenar todos aqueles que se encontrava em determinado espaço, o que justificava a constituição de um governo autoritário.

O território assumiu importância nesse período como espaço próprio do Estado-Nação, predominando a noção de Estado territorial, onde território é compreendido como espaço de intervenção exclusiva de um poder soberano. A necessidade de se fazer forte negou ou eliminou pela força a existência das muitas territorialidades (e, portanto das identidades plurais) com o qual o poder soberano convive. O Estado atuava seguindo um modelo hegemônico e autoritário fundado na idéia de unidade nacional. Grosso modo, essa idéia, como dissemos, perdurou até os governos militares.

A discussão acerca do desenvolvimento do país volta ao discurso de políticos, intelectuais, movimentos nos anos 50 e depois nos anos 90. Nesses dois períodos a noção de “desenvolvimento” aparece como *idéia-força*, nos dizeres de Zander Navarro⁸, ela atrai interesses, é intensamente discutida, orienta programas governamentais, instiga debates intelectuais, mobiliza grupos sociais. O tema “desenvolvimento” adentra o campo da política, permeia e determina o jogo das disputas sociais.

Os anos 50 marcam um momento interessante na discussão acerca do desenvolvimento. Foi particularmente no pós-guerra que essa idéia trazia a possibilidade de progresso (material) e crescimento ilimitado, idéia que se constituiu como fundamento da sociedade industrial ocidental. Aqui havia uma compreensão otimista acerca do “desenvolvimento”, que se tornou um dos grandes motores das políticas governamentais: Quem não se lembra da célebre frase de Juscelino Kubitschek: “cinquenta anos em cinco”. O mesmo pretendia desenvolver o país numa proporção de cinquenta anos em apenas cinco de governo, através de um plano de desenvolvimento que consistia no investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, principalmente, infra-estrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e indústria. Aliás, foi no governo JK que o Brasil experimentou um momento de forte expansão do seu

⁸ Navarro, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: Estudos Avançados. Vol.15 nº .43, São Paulo Setembro/Dezembro, 2001

desenvolvimento, a partir da formação do tripé Estado, Empresas Estrangeiras e Empresas Nacionais⁹.

Vale lembrar que assim como a virada do século foi marcada por conflitos no campo, os anos 50 até início dos anos 60 também o foi: temos assim, em Teófilo Otoni a revolta de Malacacheta em 45/48; no início da década de 50 a revolta de Trombas e Formoso que se estendeu por toda a década; ainda em 50 temos a guerrilha de Porecatu no Paraná e aí também a revolta de 57. Temos também as ligas camponesas no Nordeste e por aí vai. Esses conflitos colocam a discussão acerca da Reforma Agrária - durante toda a década de 50 e início dos anos 60 - no cerne da discussão sobre projeto de desenvolvimento. A questão era: seria possível o Brasil atingir um desenvolvimento desejável sem a realização de uma Reforma Agrária? O Governo militar mostrou que sim. Aliás, o golpe de 64 identifica-se como um movimento político-militar conservador, em oposição às "reformas de base" nacional-populistas - sendo a Reforma Agrária a mais temerosa - e à participação política de setores populares, tradicionalmente excluídos do pacto de poder.

Houve um grande investimento dos governos militares em políticas modernizadoras visando o desenvolvimento. Ora para os militares o desenvolvimento econômico do Brasil estava ligado à industrialização. Com eles a idéia de progresso, via industrialização, ganhou força como necessidade para viabilizar o desenvolvimento nacional. Nesse período houve um atrelamento muito intenso ao capital estrangeiro, e o desenvolvimentismo configurou-se enquanto dependente de um modelo internacional.

Adotaram-se critérios da racionalidade econômica através da intervenção autoritária do Estado e da plena adoção, para isso, da idéia de planejamento. O modelo de desenvolvimento adotado baseava-se na substituição de importações com a infraestrutura fornecida por empresas estatais. As políticas de desenvolvimento regional fundamentaram-se num paradigma que ressaltava que a expansão econômica se manifestaria, programada ou espontaneamente, a partir de alguns setores dinâmicos geograficamente aglomerados – pontos ou pólos de desenvolvimento e se disseminaria, posteriormente, para o restante do país, de modo que assim seria possível fomentar o desenvolvimento nas regiões e reduzir as disparidades regionais.

Coube ao governo militar modernizar a agricultura brasileira, ou em outras palavras *industrializar* o campo brasileiro. Adotou-se, então um modelo agrícola, assentado nos princípios da *Revolução Verde*, que teve por objetivo a obtenção de ganhos de produtividade, através da incorporação de “novos fatores de produção”, destacando-se aí o uso de sementes melhoradas, de adubos químicos, dos agrotóxicos e da maquinaria agrícola. Este padrão tecnológico, denominado de agroquímico, foi mais adequado ao sistema de organização da produção na grande propriedade agrícola (patronal), em detrimento dos sistemas de produção familiares ou tradicionais.

O modelo de desenvolvimento adotado foi criticado pelos efeitos perversos que promoveu, ficando conhecido como “*modernização dolorosa*”. Modernização que a despeito das promessas não conseguiu reduzir a pobreza, mas ao contrário, aumentou as

⁹ Cf. Desenvolvimento brasileiro: notas de aula, in: <http://www.centrocelsofurtado.org.br>. Aula inaugural proferida por Maria da Conceição Tavares, no dia 28 de agosto de 2007, no curso “Desenvolvimento Brasileiro” organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

disparidades sociais, levando Celso Furtado a falar no mito do *desenvolvimento econômico*.

A concepção de desenvolvimento, a partir da qual o Estado desenvolvimentista orientou as suas ações e as suas políticas, identificava desenvolvimento com crescimento econômico, tecnológico e urbano. Nessa perspectiva o rural estava relacionado à idéia de atraso. Assim, era necessário modernizar o campo, industrializá-lo. Por isso, a opção feita pelo governo brasileiro, sobretudo pelos governos militares, foi o desenvolvimento agrícola, sinônimo de crescimento da produção e produtividade agrícola, via modernização da agricultura, que passa a ser pensada enquanto um setor da economia.

Os papéis que a agricultura e o meio rural desempenharam, no Brasil, ao longo do processo de modernização estiveram balizados pela predominância do setor urbano-industrial. Esta perspectiva informava uma dicotomia rural-urbano, que considerava o urbano como “locus” das atividades não agrícolas, ou seja, indústria e serviços; e que atribuía ao rural às atividades propriamente agrícolas. O meio rural era visto como espaço de produção e não como espaço de desenvolvimento.

Todo esse processo gerou uma acentuada disparidade regional no mundo rural, evidenciando-se contradições entre regiões com elevados índices de modernização e outras extremamente retardatárias. As desigualdades sociais também foram acentuadas e os chamados efeitos perversos da modernização da agricultura tornaram-se cada vez mais evidente: expansão de monoculturas e pecuária em grandes extensões de terras; concentração de terra, concentração de renda, êxodo rural, super-exploração dos empregados rurais, degradação ambiental, destruição de recursos naturais, intoxicação e morte de trabalhadores(as) etc. A forma com que as forças políticas encaminharam a questão agrícola (o que e quanto produzir) agravou, nos dizeres de Graziano da Silva¹⁰ a questão agrária (como e quem produz), e não contribuiu com o desenvolvimento rural.

Este modelo começou a dar sinais de esgotamento já na década de 70 e resultou em uma crise de enormes proporções na década de 80, a chamada década perdida, ao longo da qual se expande o discurso neoliberal.

É, inclusive, a partir dessa década que a crise da agricultura passa a fazer parte do discurso dos mais diferentes setores e agentes envolvidos nessa problemática. Fala-se insistentemente a linguagem da crise, que se estende aos anos 90. E nesse contexto, emergiu a necessidade da construção de novos modelos de desenvolvimento para agricultura brasileira, que viabilizassem a sua superação. Assim, os movimentos sociais rurais e alguns estudiosos passaram afirmar que o desenvolvimento agrícola não levaria, necessariamente, ao desenvolvimento rural. O fato é que os impactos negativos do modelo modernizante, baseado nos princípios da *Revolução Verde*, ao se fazer sentir colocou a necessidade de se propor alternativas que tivessem no seu campo de preocupações, não somente os aspectos econômicos, mas que contemplassem fundamentalmente as variáveis sociais, culturais e ambientais, sem as quais tornar-se-ia praticamente impossível a conformação de um modelo sustentável ao longo do tempo. É nesse contexto que se insere o Projeto CUT/CONTAG de formação *Projeto CUT/CONTAG* de Pesquisa e *Formação* Sindical, realizado em 1996, que buscava

¹⁰ Silva, José Graziano da. *A Modernização dolorosa*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

reorientar a política de organização sindical a fim de torná-la apta a instrumentalizar a construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural.

Destaca-se que, principalmente, na primeira metade da década de 90 vivenciamos o enfoque neoliberal das políticas adotadas pelo Governo Collor, um enfraquecimento do papel do Estado e a retirada do desenvolvimento rural das discussões. Este foi inserido, ainda no primeiro governo FHC, pela força e pressão dos movimentos sociais. Assim, temos o reconhecimento da agricultura familiar como ator político, a partir da institucionalização do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 e da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999. A agricultura familiar passa a ser então, objeto das políticas de desenvolvimento para o meio rural e adentra o cenário político confrontando o seu projeto de desenvolvimento rural com outros projetos, negociando, pressionando, produzindo adesões e contraposições a fim de gerar novas alternativas sociais para o campo brasileiro. Tendo como base o conceito de desenvolvimento sustentável e com um novo paradigma da mundialização econômica, novos desafios se colocam para governo e sociedade, onde o principal desafio é combinar crescimento econômico com inclusão social. Para NOGUEIRA (2005, p. 2)

“não faz sentido falarmos em desenvolvimento sustentável sem que as políticas de Estado criem os instrumentos capazes de reorientar uma nova cultura de gestão dos recursos públicos e de investimentos, que sejam capazes de comprometer a sociedade como um todo, com base em novos valores sociais de equidade e solidariedade”.

Até as décadas 80 e 90 do século XX, mesmo com a articulação dos movimentos sociais na construção de um projeto democrático para a sociedade brasileira, e a atuação em particular do movimento negro, as desigualdades raciais não foram consideradas nos debates sobre projetos de desenvolvimento. Tomamos como exemplo, o movimento sindical brasileiro que historicamente reafirmou o conflito entre as classes sociais como elemento fundamental e estruturador das desigualdades, sem considerar outras variáveis como gênero e raça. De tal maneira, que o período da escravidão no Brasil e suas conseqüências para mulheres e homens negros e para toda a sociedade, por muito tempo não foi considerado nas formulações relativas ao trabalho. Para Nogueira (1996, p. 214),

As organizações sindicais não levavam em consideração os aspectos de raça. Simplesmente desconsideravam o enorme contingente de trabalhadores negros. Todas as correntes, grupos ou tendências organizadas do movimento sindical (comunistas, trotskistas, anarquistas, socialistas) projetavam o mesmo olhar para os trabalhadores brasileiros: homens, brancos e europeus. Com isso cristalizou-se e reproduziu-se nas organizações sindicais o mesmo racismo que se engendrara na sociedade como um todo.

Foi somente nos anos 90 que a questão racial passou a ser tratada de forma mais sistemática no interior da CUT. Em 1992, realizou-se o I Encontro de Sindicalistas Anti-Racismos da CUT. A partir desse encontro outras iniciativas foram desencadeadas, como

por exemplo, a denúncia formal feita pela CUT quanto ao descumprimento pelo governo brasileiro da Convenção 111 da OIT¹¹, na Conferência de Genebra em 1993. Para Nogueira (2002, p. 1),

[...] é justamente entre 1992 e 1995 que se construíram as bases da Luta Contra a Discriminação Racial no Mercado de Trabalho no Brasil, na perspectiva sindical, e em particular no interior da CUT. Sabiam aqueles sindicalistas negros e negras e anti-racismos que a OIT e suas convenções não carregam nada de revolucionário, mas que são instrumentos internacionais importantes na luta contra todas as formas de discriminação. Tinham uma leitura correta do significado da implementação de uma convenção que obriga os governos em todos os níveis, a criarem políticas de combate a discriminação racial, sobretudo num país racista como o Brasil.

O debate sobre o racismo e as desigualdades raciais tomou outras proporções com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, ainda que muitas vezes, essas questões estivessem diluídas no debate sobre justiça social e distribuição de renda. Entretanto, a atuação das organizações negras passou a ser mais incisiva na denúncia do mito da democracia racial e do racismo, localizando-os na estrutura social, política, econômica e educacional brasileira. Isso resultou, na segunda metade da década de 1990, no reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da existência do racismo e, por conseguinte, da necessidade de políticas de ações afirmativas¹² voltadas à população negra. Ao reconhecer publicamente o Brasil como um país racista, o que se configurou foi o comprometimento do governo e da sociedade no combate à discriminação racial e na institucionalização de mecanismos que diminuam as desigualdades entre brancos e negros.

Este contexto impõe ao Estado brasileiro uma nova agenda e força atitudes políticas e debates públicos sobre as desigualdades raciais na sociedade brasileira: as políticas universalistas são questionadas e se revelam como insuficientes, na medida em que não conseguem atingir a população negra¹³.

Nos anos 2000, precisamente, com o Governo Lula, é que o Brasil retoma, ainda que modestamente, o crescimento econômico e tenta recuperar a sua capacidade de indução do desenvolvimento, buscando, para isso, promover uma agenda orientada para a redução das desigualdades sociorraciais e econômicas. Nessa perspectiva destacam-se as políticas e programas de inclusão social e distribuição de renda: Bolsa Família, Fome Zero e criação do Programa Territórios da Cidadania e as políticas de promoção da

¹¹ A Convenção 111 da OIT trata do combate às discriminações de raça e gênero no mercado de trabalho.

¹² GOMES (2005, p. 53) define ações afirmativas como sendo “um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.”

¹³ A esse respeito consultar: GOMES (2009); JACCOUD (2002, 2008b); SILVÉRIO (2009); HERINGER; FERREIRA (2009)

igualdade racial para as populações negras¹⁴. Três princípios orientam a execução dessa última:

- a *transversalidade*, a qual pressupõe que a redução das desigualdades raciais e a promoção da igualdade racial passam a fazer parte do conjunto das políticas de governo. Desse modo, os ministérios e seus órgãos vinculados e as secretarias devem executar programas, projetos e ações no campo da igualdade racial;
- da *descentralização*, que exige uma relação efetiva entre União, Estados e Distrito Federal para inserir a igualdade racial no sistema federativo. Para isso, a SEPPIR disponibiliza apoio político, técnico e logístico para que experiências de promoção da igualdade racial, implementadas por municípios, estados ou organizações da sociedade civil possam obter resultados exitosos;
- da *gestão democrática*, propicia a formulação, o monitoramento, a execução e o controle social da política pelo governo e sociedade civil. (BRASIL, 2009).

Contudo, as desigualdades sociais e regionais persistem, ainda que tenham sido reduzidas e um indicador dessa redução é a constatação do aumento do consumo de segmentos econômicos menos favorecidos da população brasileira, principalmente no Norte, Nordeste, mostrando que as populações de baixa renda, vêm conquistando uma ampliação da sua renda.

Em relação às desigualdades, é importante compreendê-las sempre como heranças históricas. O Brasil é resultado de um processo histórico de formação econômica, social, cultural e política fundada na grande propriedade, de riqueza e do uso dos recursos naturais; na escravidão; numa economia direcionada para fora, fornecedora de matéria-prima; e no sistema patriarcal, raiz das mais diferentes formas de desigualdades sociais (gênero, geração, étnicas, raciais) o uso da dominação política até hoje é usada por parte das oligarquias tradicionais.

Em relação ao desenvolvimento rural, o padrão hegemônico do modelo agrícola no Brasil, ainda é baseado no agronegócio, em que pese os impactos negativos desse modelo. Do ponto de vista das políticas públicas governamentais o que se observa é a coexistência de um lado, de políticas governamentais de incentivo à agricultura familiar e à construção de um desenvolvimento em bases sustentáveis; e, de outro, políticas de apoio ao agronegócio e à grande produção. Assim temos a implementação de políticas voltadas para a agricultura familiar, a exemplo do PRONAF, do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)¹⁵, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) induzindo, um aumento e maior diversificação da agricultura familiar. Mas, ao

¹⁴ A responsável por essa política é a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Para as populações negras rurais destacam-se especificamente duas políticas: o Programa Brasil Quilombola e o Selo Terra Negra Brasil no Ministério de Desenvolvimento Agrário.

¹⁵ É no PNCF que se encontra o Selo Terra Negra Brasil, que tem como objetivo possibilitar o acesso à terra a trabalhadores negros rurais não quilombolas.

mesmo tempo uma ênfase nas políticas públicas de apoio ao agronegócio, resultando na expansão das culturas de exportação, especialmente da soja, cana e gado na Amazônia.

Mas, o que caracterizaria o “rural” brasileiro hoje?

Em relação ao espaço nacional, propriamente dito, reconhece-se a presença marcante do rural no território brasileiro, não apenas em razão dos 30% da população brasileira que habita os espaços rurais, mas também por que a grande maioria dos municípios (mais de 80% se considerarmos aqueles com menos de 50.000 habitantes) são considerados municípios rurais, por manterem características próprias desses espaços: relações de proximidade e inter-conhecimento, dependência em relação aos processos naturais, além de ter grande parte da vida social, econômica e cultural dinamizadas pelas atividades rurais.

No Brasil, os municípios rurais ainda apresentam um predomínio da atividade agrícola e suas mais variadas combinações (extrativista, agroflorestal e artesanal) e atividade industrial pouco desenvolvida. Apresentam ainda uma infra-estrutura precária: carência de transporte, estradas em condições precárias, postos de saúde inexistentes ou pouco estruturados, ausência de espaços de lazer, e em muitos casos as comunidades rurais se encontram isoladas de centros urbanos maiores etc.

Além disso, o rural revela-se e tem sido reconhecido como um espaço plural. O rural no Brasil são rurais, ou melhor, o espaço rural expressa diferentes ruralidades¹⁶. Isto é, apresenta uma diversidade de ecossistemas, de segmentos sociais com diferentes identidades (de gênero, de geração, de classe, de raça, de cor, de sexo, etc.) , conformando diferentes territórios, que se relaciona com a natureza (os biomas, os recursos naturais, os agroecossistemas) de forma diferenciada e estabelecem rede de relações próprias com o mercado, com o Estado, com o urbano e com os demais setores da sociedade. Se tomarmos como referência o total de população rural vamos encontrar um total de aproximadamente 60% dessa população que se declara negra. Assim, Em 2008, o IBGE indicava que havia 9,7 milhões de negros e negras empregados em áreas rurais.

O espaço rural brasileiro é marcado pela concentração de terras. A estrutura fundiária concentrada, impede o acesso de muitas famílias à terra, inclusive muitos jovens, filhos e filhas de agricultores migram por falta ou insuficiência de terra. A concentração da propriedade da terra no Brasil continua sendo uma das mais elevadas do mundo, sendo superior, inclusive, à concentração da renda.

O rural brasileiro é marcado também pela manifestação de conflitos, resultantes dos impactos dos grandes projetos, como as obras de transposição do Rio São Francisco e a construção de barragens, hidrelétricas e estradas; da expansão agrícola em grandes latifúndios; das atividades madeireiras; da produção de carvão vegetal; das atividades de mineração; da invasão de fazendeiros em áreas públicas, terras indígenas, territórios quilombolas, e reservas florestais; da falta de reconhecimento do direito dos povos

¹⁶ Cf. Wanderley, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural.. In: Norma Giarracca. (Org.). Una nueva ruralidad en America Latina?. Buenos Aires: CLACSO, 2001, v., p. 31-44.

indígenas e comunidades tradicionais aos seus territórios e da disputa dos recursos e da inacessibilidade à terra¹⁷.

Presencia-se no meio rural, a migração, especialmente de jovens, e, dentre esses, mulheres, para centros urbanos maiores em busca de oportunidades para desenvolver seus próprios projetos (de vida), para buscar uma vida melhor, para ter acessos aos estudos (ensino técnico e superior). A migração desses/dessas jovens muitas vezes encontra-se relacionada à falta de autonomia e liberdade na unidade familiar, a não participação na tomada de decisões, a exclusão da herança da terra e, especificamente, no caso das jovens, a condição da mulher no campo. A saída de mulheres, sobretudo as jovens, tem levado a masculinização de algumas regiões e tem revelado que as relações desiguais de gênero é característica marcante dos espaços rurais.

Do ponto de vista simbólico e mesmo ideológico é forte a representação negativa do “rural” e a valorização do “urbano”, reforçada pela penetração de padrões de consumo urbanos, pela influência da mídia/ televisão e pela ausência de uma política de educação apropriada às diversas realidades.

Olhando para esse rural assim caracterizado, nos perguntamos sobre as principais concepções de desenvolvimento que se encontram em disputa hoje.

Grosso modo, duas concepções de desenvolvimento estão colocadas hoje no cenário nacional, com estratégias próprias, evidenciando uma disputa por modelos de desenvolvimento rural com envolvimento de diferentes segmentos/classes¹⁸. De um lado temos modelos de desenvolvimento representados pelo agronegócio brasileiro¹⁹; e, de outro, um modelo sustentável baseado na produção agroalimentar de base familiar²⁰.

Na atual conjuntura, estamos assistindo as atividades agropecuárias sob forma de agronegócios serem cada vez mais controladas por conglomerados econômicos que atuam em escala mundial determinando o que, quanto, como e onde devem ser produzidos e comercializados os produtos de origem vegetal e animal, sendo este talvez um dos setores com maiores perspectivas de crescimento neste novo milênio.

O agronegócio é associado a grandes plantações e culturas (soja, cana, café, criações de frango, café, algodão, soja, laranja, cacau, camarão em cativeiro, além da pecuária intensiva. entre outras), a grande propriedade e a utilização de alta tecnologia.

¹⁷ A Amazônia, particularmente, tem sido palco de constantes e intensos conflitos.

¹⁸ A idéia de modelo é tomada aqui, apenas, como recurso explicativo e não no sentido de uma tipologia fechada. Obviamente, podemos encontrar entre um e outro um caleidoscópio de situações.

¹⁹ A interlocução desse modelo é feita pela ABAG. A ABAG é uma entidade que agrega diversos setores ligados à produção agropecuária, abrangendo não apenas os segmentos responsáveis pela atividade produtiva propriamente dita, como também aqueles relacionados à produção de insumos e armazenamento, processamento, distribuição e financiamento de produtos agrícolas, além de empresas diretamente e profundamente ligadas ao capital financeiro. Temos aí representadas a Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), além de algumas Federações e Cooperativas Estaduais de Agricultura. Contudo, o núcleo central dessa mega associação consiste, precisamente, em grupos empresariais, tais como Sadia, Agroceres, Abrasem, Cargill Agrícola S/A, Bunge Alimentos S/A, Bunge Fertilizantes S/A e Monsanto, dentre várias outras, perfazendo um total de 59 empresas – em sua maioria estrangeiras -, boa parte das quais representadas junto a seu Conselho Consultivo.

²⁰ Temos aqui representado vários segmentos dos movimentos sociais rurais, dentre eles a CONTAG, MST, o MMC, MPA etc.

Ele tem controlado cadeias produtivas que abrangem as esferas da produção e circulação dos produtos agropecuários com os quais lidam, detendo assim o domínio do mercado de insumos (sementes, herbicidas, fertilizantes etc.); das técnicas e tecnologias de produção (desde máquinas e implementos agrícolas, até pesquisas científicas em áreas como genética e biotecnologia, entre outras); dos sistemas de financiamento; das indústrias de beneficiamento; dos sistemas de transporte; das redes de comercialização.

A forma de crescimento preponderante do agronegócio tem sido a monocultura em larga escala, favorecendo a exportação e o ingresso de dólares no país. E mais: esses conglomerados econômicos têm enorme poder de influência sobre órgãos internacionais como Organização Mundial do Comércio – OMC – que define regras para comércio de produtos agrícolas no mundo. Tem uma forte representação no parlamento brasileiro, através da qual busca alterar legislações, aprovar medidas governamentais e projetos favoráveis ao setor.

Mas o avanço do agronegócio²¹ tem sido marcado por contradições: ele é marcado pelo aumento de condições subumanas de trabalho, por conflitos de terra e pelo forte impacto que causa ao meio ambiente. A soja, por exemplo, é o principal produto de exportação brasileiro (aliás, foi uma das principais responsáveis pelo crescimento do agronegócio no país) e é também o maior responsável pela destruição de biomas do país. Os biomas mais atingidos pelo ciclo da soja são o Cerrado e a Amazônia, já bastante degradados pela conversão de suas áreas em pastagens. Vários estudos também apontam os impactos ambientais das monoculturas de cana de açúcar, de eucalipto e pinus, entre outras. Há consenso entre ambientalistas de que as monoculturas, sejam quais forem, reduzem a diversidade de fauna e flora gerando desequilíbrios ambientais, além de provocarem efeitos negativos no clima, nos recursos hídricos e nos solos, gerando, , por exemplo, compactação e até desertificação.

Porém, ao mesmo tempo em que avança o agronegócio a sociedade assiste ao desenvolvimento da agricultura familiar e de uma série de experiências de cunho social, econômico e tecnológico entre os seus diversos segmentos. Trata-se de projetos que, por um lado, refutam de forma cada vez mais consistente os impactos sociais, econômicos e ambientais da modernização agrícola; e, por outro, apresentam novos parâmetros para a organização da produção, proporcionando as bases para a promoção de estilos de agriculturas sustentáveis, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevado valor nutricional. Estes novos parâmetros tem evidenciado ainda a constituição de diferentes arranjos cooperativos e organizacionais em bases locais, e tem se colocando em meio a um conjunto de mudanças sociais e políticas – de busca da equidade, da solidariedade e da inclusão social.

Destacamos a seguir alguns pontos que marcam as diferenças de concepção entre esses dois modelos:

²¹ Um dos indicadores do avanço do agronegócio é o aumento da produção de grãos destinada principalmente para exportação. Outro indicador do avanço do agronegócio é o crescimento de sua participação no PIB. Dados do Ministério da agricultura informam que em 2007, o PIB do agronegócio foi estimado em R\$ 564,36 bilhões, enquanto que o de 2006 foi de R\$540,1 bilhões, passando a responder por cerca de 23,3 % do PIB do país.

1. Eles expressam duas visões em relação ao rural, que se contrapõem. Uma, dinamizada pela agricultura empresarial, considera o meio rural unicamente como um setor, um espaço para a produção agropecuária, um espaço de produção, mantendo com os recursos naturais uma relação de exploração²²; e outra que considera esse espaço como “um espaço físico diferenciado (...), resultante da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água; um espaço físico que é resultado também da maneira como se relaciona com o urbano, e principalmente, um espaço que é lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (...) e lugar de onde se vê e se vive o mundo” (WANDERLEY, 2001, p. 32)²³; um território que possui um tecido social e inter-relações complexas que vão além dos seus atributos naturais e que tem um significado na preservação da biodiversidade e para manutenção da agricultura familiar, considerada um agente importante na dinamização desse espaço, tendo em vista que a sua participação garante a existência de um tecido social e cultural que vai gerar diversas atividades além da própria agricultura, que vai atribuir várias funções ao rural, que vai garantir a existência de diversas formas de organização social, diferentes formas de ocupação e uso dos recursos naturais. Essa perspectiva traz uma valorização do rural, uma representação mais positiva do papel e do espaço ocupado pela ruralidade na sociedade brasileira, adquirindo importância enquanto maneira de se pensar desenvolvimento, de refletir sobre a sociedade. Nesse sentido a grande questão é: como inserir plenamente os espaços plurais e as populações rurais diversas na dinâmica econômica e social moderna, assegurando a preservação dos recursos naturais presentes no meio rural, a biodiversidade; assegurando a diversidade cultural, assegurando formas mais igualitárias nas relações sociais (gênero, geração, étnicas, raciais)?
2. Elas trazem, implícitas, formas diferentes de conceber o território. Numa perspectiva não desenvolvimentista, o território é um espaço portador de vida e de cultura, além de potencialidades de desenvolvimento. Um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida. Sua construção se dá a partir do dinamismo dos indivíduos que pela sua “construção”, a partir do dinamismo dos indivíduos que nele habitam.
3. Elas expressam diferentes entendimentos quanto à sustentabilidade. Na perspectiva dos movimentos sociais rurais, considera-se a sustentabilidade em cinco dimensões: a sustentabilidade social, que preconiza que, no processo de desenvolvimento o crescimento deve ter em vista uma maior equidade na distribuição de renda e bens, de modo a reduzir as diferenças sociais; a sustentabilidade econômica; a sustentabilidade ecológica, que prevê o respeito a capacidade de suporte dos ecossistemas, aos biomas, a proteção do meio ambiente e a preocupação com o ser humano; a sustentabilidade espacial, dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma

²² Observe que essa concepção de “rural” reforça a concepção desenvolvimentista que identifica desenvolvimento com crescimento econômico e tecnológico.

²³ Wanderley, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural.. In: Norma Giarracca. (Org.). Una nueva ruralidad en America Latina?. Buenos Aires: CLACSO, 2001, v., p. 31-44.

melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas; e, por fim, a sustentabilidade cultural, que inclui a procura de raízes endógenas de processos de desenvolvimento²⁴.

Na perspectiva do agronegócio, a ênfase recai sobre a sustentabilidade econômica e ocorre via regulação de mercado.

4. Os dois modelos dão à questão da Segurança Alimentar diferentes sentidos. Esse debate vem refletindo uma disputa árdua de posições entre interesses às vezes bastante conflitantes. Debate que ganhou ainda mais força após o relatório preparado e apresentado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) "Perspectivas Alimentares" na conferência sobre segurança alimentar em junho de 2008. Aliás, foi através do conceito de segurança alimentar que a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) procurou legitimar-se não apenas junto ao meio empresarial, mas, principalmente, junto à sociedade política e à sociedade civil em geral, imprimindo a essa noção um enfoque empresarial e coerente aos interesses do *agribusiness*: o aumento da produtividade conseguido através de estímulo à pesquisa científica resolveria o problema da oferta de alimentos à população.

Com a crise alimentar deflagrada, o aumento do preço dos alimentos e escassez de alguns deles, as safras geneticamente modificadas aparecem em cena como forma de elevar a produtividade da agricultura sem usar mais energia ou produtos químicos. Os transgênicos estão, hoje, no centro da problemática da segurança alimentar e são colocados como a única tecnologia disponível para resolver a crise nos preços mundiais dos alimentos. No Brasil, a autorização e o controle da produção baseada em Organismos Geneticamente Modificados (OGM) foi conseguida graças à pressão de firmas transnacionais (Monsanto, Cargill, etc.).

Do ponto de vista dos movimentos sociais rurais, ao contrário, as aplicações da engenharia genética na agricultura e na alimentação têm colocado novas ameaças e desafios em relação à soberania alimentar. Nessa perspectiva, um dos trunfos da agricultura familiar para o desenvolvimento rural sustentável é a sua potencial capacidade de garantir quantidades e qualidade de alimentos necessários à população brasileira. Ou seja, a sua importância na garantia da segurança alimentar. Ao enfatizar a disponibilidade e a qualidade dos alimentos, a concepção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), recoloca o questionamento aos modelos de produção assentados numa lógica de mercado. Além disso, enquanto objeto de política pública a segurança alimentar está subordinada a dois princípios: o direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar. Essa noção atribui grande importância à diversidade e à preservação da cultura e dos hábitos alimentares de um país.

Garantir o princípio da soberania alimentar significa produzir em consonância com as características climáticas da região; significa, ainda, priorizar a produção e o comércio local e a cultura de subsistência, e implica no resgate da diversidade cultural do campo nas suas mais variadas dimensões e respeito à natureza,

²⁴ Essas dimensões são abordadas por Scotto, Gabriela; Carvalho, Isabel Cristina de Moura; Guimarães, Leandro no livro: Desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 2007.

recolocando, assim, a sustentabilidade da vida humana como centro da economia e da atividade das pessoas.

5. A reforma agrária é dimensionada distintamente nos dois modelos. Para construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável e de aumento e consolidação da produção nacional de alimentos básicos, a reforma agrária tem importância fundamental. Aqui novamente evidencia-se a diferença em relação ao modelo do agronegócio, onde o vetor de crescimento econômico é acompanhado por um forte processo de concentração (do crédito, da terra, etc.), além de uma brutal ocupação de áreas de preservação e/ou de comunidades nativas (pequenos produtores, índios, extrativistas, etc.), com a expansão das monoculturas, particularmente da soja, a partir do desmatamento e/ou do deslocamento forçado de agricultores/ agricultoras ou aldeias indígenas.

Pesquisa realizada por professores da URRRJ²⁵, em relação aos impactos dos assentamentos de reforma agrária observa que os assentamentos apresentam um potencial de dinamizar economias locais/regionais, quer na esfera econômica propriamente dita, quer no campo político, social, demográfico, territorial, etc, tendo como base um processo produtivo mais diversificado, estimulando um aumento na oferta de produtos (em especial alimentares) e potencializando o mercado de consumo: feiras, comércio local etc. Além disso, os assentamentos representam uma importante alternativa de emprego - os assentamentos têm gerado, em média, três ocupações por unidade familiar no próprio estabelecimento, segundo dados do próprio MDA. Além disso, atesta a pesquisa: o ingresso aos assentamentos proporcionou às famílias um processo de inclusão social.

6. Os dois modelos são orientados por princípios econômicos distintos. O conceito de solidariedade incorporado ao de desenvolvimento rural parte do reconhecimento de que a economia admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas, e reconhece certas singularidades próprias de práticas econômicas nos mais variados segmentos da população rural. Reconhece, ainda, a existência de diferentes princípios de comportamento econômico, de outras formas de “fazer economia”, conforme as diferentes culturas humanas, muitas delas baseadas na horizontalização da relação de troca, fundada no princípio da reciprocidade e regidas por valores da autogestão, da democracia, da cooperação, da solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável.

E concluindo...

Procuramos destacar alguns aspectos que evidenciam as diferentes concepções de desenvolvimento que se colocam em disputa na arena política. É importante notar, entretanto, que essa disputa se reflete na dualidade do setor agrícola brasileiro e do posicionamento do Estado Brasileiro, frente aos dois grandes projetos de

²⁵ Leite, Sérgio et alli. Impactos dos Assentamentos: um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA : NEAD ; São Paulo : Editora UNESP, 2004

desenvolvimento rural em disputa. E só para ilustrar essa dualidade, é interessante notar que os “protagonistas” desses dois modelos se encontram representados no governo: a agricultura familiar, representada Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e a agricultura patronal, representada pelo Ministério da Agricultura, Pesca e da Alimentação (MAPA). Dessa forma, a separação de políticas de apoio à agricultura familiar e de apoio à agricultura patronal se encontram institucionalizadas. O fato é que se de um lado há o reconhecimento de que as políticas de desenvolvimento rural geraram impactos positivos no seio das populações rurais – inclusive, os principais debates em matéria de política de desenvolvimento rural estão associados aos programas relacionados à agricultura familiar coordenados pelas três secretarias do MDA; por outro, temos assistido ao avanço do agronegócio em múltiplas escalas espaciais e nas dimensões política, econômica, e inclusive ideológica.

Há uma dicotomia e tensionamentos entre uma política para o agronegócio e outra para a agricultura familiar. A ênfase em uma ou em outra (lembrando que estamos num campo de disputa) dependerá da capacidade dos movimentos sociais rurais em criar estratégias de mobilização, de concertação, de produção de adesões, afinal, como afirma Regina Novaes, *propostas de desenvolvimento são antes de mais nada projetos de mudança social, construídos por determinados segmentos da sociedade a partir de suas experiências, de suas visões de mundo, de suas utopias e que se confrontam na arena política, pois, é no processo político – ou seja, nos confrontos com projetos de outros segmentos-classes, nas negociações, nas pressões, na capacidade de produzir adesões e contraposições – que se geram alternativas sociais.*

Referências bibliográficas

AGUIAR, M.D.S.; SOUZA, O. T.; FILIPPI, E. E.; BEROLDT, L. *Do desenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável: os rumos da região do Vale do Taquari no início do século XXI*. In: *Análise*. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 84-102, jan./jun. 2009 (www.revistaseletronicas.pucrs.br)

BERTÚLIO, D.L.L. *Racismo, violência e direitos humanos: considerações sobre a discriminação de raça e gênero na sociedade brasileira*, 2001. Disponível em <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/2296.pdf>. Acesso em 06/08/2008.

_____. Direito e relações raciais: estratégias jurídicas de combate ao racismo no Brasil, reflexões. In: DORA, D.D. (Org.) *Direito e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro. Renovar: Fundação Ford, 2002.

ESTEVE, G. Desenvolvimento. In: *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, N.L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10639/03*. Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2005.

_____. Limites e possibilidades da implementação da lei 10639/03 no contexto as políticas públicas em educação. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Orgs). *Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, C.; SILVA, N. V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice Editora; Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HASENBALG, C., SILVA, N. V. LIMA, M. R. S. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

HERINGER, R.; FERREIRA, R. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. IN: PAULA, M.; HERINGER, R. (orgs). *Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009, p.137-196.

HENRIQUES, R. M. *Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Texto para discussão n. 807. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e á desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, M. (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008

LEITE, S. et alli. *Impactos dos Assentamentos: um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA: NEAD; São Paulo : Editora UNESP, 2004

LIMA, M. Desigualdades raciais e trabalho no Brasil. In: NOGUEIRA, J. C. (Org.). *História do trabalho e dos trabalhadores negros no Brasil*. São Paulo: CUT, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. São Paulo: 3º Seminário de Formação Teórico Metodológica do III Concurso Negro e

Educação, 2003. (Mimeo)

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: *Estudos Avançados*. Vol.15 nº .43, São Paulo Setembro/Dezembro, 2001

NOGUEIRA, J. C. A discriminação racial no trabalho sob a perspectiva sindical. In: MUNANGA, K. (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EdUSP : Estação Ciência, 1996.

_____. (Org.). *História do trabalho e dos trabalhadores negros no Brasil*. São Paulo: CUT, 2001.

_____. *Multiculturalismo e a Pedagogia Multirracial e Popular*. Série Pensamento Negro em Educação. Florianópolis: Atilênde – NEN, 2002a.

_____. *10 anos de luta pela implementação da Convenção 111 da OIT: Um passo à frente... Outros precisamos dar*. Florianópolis. 2002b (Mimeo.)

_____. Movimento negro: das denúncias do racismo às práticas de políticas públicas. *Revista Política e Sociedade*. Florianópolis: UFSC. v. 5, 2004, p. 89-99.

_____. Desenvolvimento econômico e inclusão social da população negra no Brasil. *Brasília: Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul: Desenvolvimento econômico com equidade*, 2005 (Mimeo.)

SILVA, J.G. *A Modernização dolorosa*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

SILVÉRIO, V. R. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Orgs). *Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009, p. 13-38.

SCOTTO, G; CARVALHO, I.C.M.; GUIMARÃES, L. *Desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 2007.

THEODORO, M. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

WANDERLEY, M.N.B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA., N. (Org.). *Una nueva ruralidad en America Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001, v, p. 31-44.